

Os atentados de 11 de setembro provocaram um aumento considerável da cooperação securitária interestatal, fundamentado, sobretudo, na proliferação das denominadas “novas ameaças” transnacionais: crime organizado transnacional, imigração ilegal, terrorismo e contestação internacional. O incremento destas ameaças e da cooperação entre os estados nacionais tornaram mais tênue a linha entre inimigo interno e externo, segurança nacional e segurança pública, operações policiais e operações militares. Etapas anteriores do projeto de pesquisa, no qual este trabalho encontra-se inserido, demonstraram que a cooperação judiciária e policial podem ameaçar as liberdades democráticas e os direitos civis dos cidadãos. O presente estudo busca, portanto, analisar a institucionalização da cooperação interestatal e a criação de organizações de cooperação securitária, tanto na América Latina quanto na Europa, por meio do estabelecimento de tratados, de acordos e do desenvolvimento institucional. O objetivo principal da pesquisa de iniciação científica é qualificar o risco que podem representar aos regimes democráticos nacionais estes processos institucionalizados de cooperação em segurança, já que, frequentemente, as respectivas instituições políticas nacionais e/ou regionais não estão preparadas para a realização do controle democrático deste tipo de atividade. O método de Rastreamento de Processo é utilizado para examinar a cooperação securitária interestatal e os mecanismos democráticos de controle na União Europeia e na América do Sul, através da coleta de dados primários, acompanhamento da imprensa e pesquisa bibliográfica sobre o assunto. O enfoque comparativo contempla as instituições latino-americanas atuais - com especial atenção à AMERIPOL, CLACIP, CDS - e as europeias, como EUROPOL, EUROJUST, FRONTEX.